



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE GESTÃO PÚBLICA
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

WILLIAM FELIPE SANTOS QUEIROZ DO Ó

ELEIÇÕES MUNICIPAIS:

**CONDICIONANTES DA REELEIÇÃO DOS PREFEITOS NOS
MUNICÍPIOS PARAIBANOS.**

**SUMÉ - PB
2019**

WILLIAM FELIPE SANTOS QUEIROZ DO Ó

ELEIÇÕES MUNICIPAIS:

**CONDICIONANTES DA REELEIÇÃO DOS PREFEITOS NOS
MUNICÍPIOS PARAIBANOS.**

Artigo Científico apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientador: Professora Dr^a Kelly Cristina Costa Soares.

**SUMÉ - PB
2019**

Q384e Queiroz do Ó, William Felipe Santos.
Eleições municipais: condicionantes da reeleição dos prefeitos nos Municípios Paraibanos . / William Felipe Santos Agra do Ó. - Sumé - PB: [s.n], 2019.

37 f.

Orientadora: Professora Dr^a. Kelly Cristina Costa Soares.

Artigo Científico - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

1. Eleições municipais - Paraíba. 2. Reeleição de prefeitos. 3. Sucesso eleitoral. 4. Qualidade da democracia. 5. Democracia direta. I. Soares, Kelly Cristina Costa. II. Título.

CDU: 32(045)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

Johnny Rodrigues Barbosa
Bibliotecário-Documentalista
CRB-15/626

WILLIAM FELIPE SANTOS QUEIROZ DO Ó

ELEIÇÕES MUNICIPAIS:


**CONDICIONANTES DA REELEIÇÃO DOS PREFEITOS NOS
MUNICÍPIOS PARAIBANOS.**

Artigo Científico apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.


BANCA EXAMINADORA:



Kelly Cristina Costa Soares
UAGESP/CDSA/UFCG
Orientadora



Gilvan Dias de Lima Filho
UAGESP/CDSA/UFCG
Examinador 1



Allan Gustavo Freire da Silva
UAGESP/CDSA/UFCG
Examinador 2

Trabalho aprovado em: 11 de julho de 2019.

SUMÉ - PB

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por ter me proporcionado o dom da vida e permitido que tudo isso pudesse acontecer. A Universidade Federal de Campina Grande-UFCG e ao Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido - CDSA pela oportunidade de conhecimento que me foi ofertada durante o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

A minha mãe Maria Aparecida dos Santos, que me dá total e que independentemente de qualquer coisa está comigo para me parabenizar na vitória e me consolar na derrota, as minhas irmãs que são para toda vida minha base, a minha tia Cícera e a minha Avó Dona Morena.

Aos amigos, Bruno Almeida, Felipe Nunes e José Albano, que me ajudaram e sempre estiveram comigo na dura rotina universitária. Aos queridos amigos da residência universitária que fazem parte da minha vida e que os tenho como uma família.

Em especial aos amigos Denis Monteiro e João Paulo que desde o primeiro dia na cidade de Sumé-PB fazem parte do meu dia-dia, ao meu primo/irmão Isaque do Ó, fonte de inspiração e respeito na minha vida. A toda a minha família que torceu por mim durante esses anos.

A Prof. Dr. Kelly Cristina Costa Soares pela dedicação na elaboração deste trabalho de conclusão de curso. A todo o corpo docente do campus em especial a Unidade de Gestão Pública. Aos demais funcionários desta instituição que nos proporcionaram o melhor ambiente para desenvolver nossas pesquisas e assistir as aulas.

Por fim agradecer novamente a Deus por nos momentos em que pensei em desistir colocar pessoas maravilhosas na minha vida, como as queridas amigas Fernanda Monteiro e Natália Barros, também a minha prima/irmã Kelly Rebeca, que por inúmeras vezes me encheram de esperança e alegria.

“Jesus Chorou” (João 11:35)

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar os fatores que contribuem para o sucesso eleitoral de governantes que pleitearam a reeleição consecutiva nos municípios paraibanos no pleito de 2016. Dados como escolaridade, apoio ao Governo Estadual, Gestão Fiscal e Desenvolvimento Municipal serviram como base de análise. Utilizando-se da metodologia estatística descritiva para mensuração dos dados. Os resultados alcançados apontam que grande parte dos Prefeitos indica a política como sendo sua profissão, Prefeitos que apoiam o Governador do Estado da Paraíba são potencialmente conduzidos a disputa eleitoral pela Reeleição, a maioria dos Municípios de grande porte populacional apresenta médias baixas no que tange a Gestão Fiscal, todos os municípios analisados possuem desenvolvimento regular e moderado independentemente de terem atingido a reeleição ou não. Pode-se dizer que no processo de Reeleição as variáveis de apoio ao Governador, de Gestão Fiscal e Desenvolvimento Municipal interferem no Processo de Reeleição, mas não são determinantes para o resultado final.

Palavras-chave: Reeleição. Sucesso eleitoral. Gestão fiscal. Desenvolvimento municipal.

ABSTRACT

This work was done with the objective of analyzing the factors contributing to the electoral success of rulers who pleaded the consecutive re-election in the municipalities of Paraíba in the claim of 2016. Data such as schooling, support to the state Government, tax management and Municipal development served as a basis for analysis. Using the descriptive statistical methodology to measure the data. The results achieved indicate that a large part of the mayors indicates the policy as being their profession, mayors that support the governor of the state of Paraíba are potentially led to electoral dispute by reelection, most municipalities of great Population size presents low averages in terms of tax management, all the municipalities analyzed have regular and moderate development regardless of whether they have reached re-election or not. It can be said that in the process of reelection the variables of support to the governor, of tax management and Municipal development meddle in the process of reelection, but are not determinant for the end result.

Keywords: Reelection. electoral success. Fiscal management. Municipal development.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	REGIME DEMOCRÁTICO.....	8
2.1	DEMOCRACIA DIRETA.....	9
2.1.1	Democracia representativa.....	10
2.1.2	Democracia Participativa.....	10
2.2	REELEIÇÃO E QUALIDADE DA DEMOCRACIA EM SISTEMAS PRESIDENCIALISTAS.....	11
2.2.1	Reeleição no Brasil	12
3	METODOLOGIA.....	13
4	PROCESSO ELEITORAL NOS MUNICÍPIOS PARAIBANOS: CARACTERIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES DE 2016	15
5	CONCLUSÃO.....	33
	REFERÊNCIAS.....	35

1 INTRODUÇÃO

A ideia de reeleição dos cargos do poder executivo sempre foi vista com desconfiança pelo senso comum no Brasil. Tanto que a Constituição Federal de 1988 manteve a proibição da renovação dos mandatos de Presidente da República, Governadores dos estados e Prefeitos dos municípios brasileiros. Após oito anos de vigência desse marco constitucional, em 1997, o parlamento brasileiro discutiu e alterou as regras eleitorais ao permitir o instituto da reeleição para os cargos do poder executivo. O instituto da reeleição visava permitir que chefes do poder executivo tivessem condições de disputar eleições consecutivas, podendo assim estender seu mandato por mais quatro anos. A justificativa mais plausível sustentava o argumento que um mandato de quatro anos seria insuficiente para implementar políticas públicas de médio alcance e realizar mudanças significativas na sociedade brasileira.

A experiência de reeleição dos chefes do Poder Executivo no sistema político brasileiro corresponde aos esforços do Parlamento brasileiro de adotar o modelo de presidencialismo que pode recompensar ou punir os políticos pelos seus feitos imediatos. O instituto da reeleição entra em vigência nas eleições de 1998, momento em que o Presidente da República e os governadores tiveram essa janela de oportunidade de concorrer a mais um mandato consecutivo. Nas eleições de 2000, os prefeitos dos municípios brasileiros já experimentaram os julgamentos dos eleitores.

Assim, o instituto da reeleição se constituiu como regra do processo eleitoral através da qual o presidente da república e governadores, os prefeitos dos municípios brasileiros usufruiriam da oportunidade de concorrerem a mais um mandato consecutivo, como medida para por em xeque a execução de seus programas de governo. Nesse sentido, tal instituto se apresentaria também fundamento básico da democracia, dando a oportunidade aos eleitores para exercerem o controle sobre as ações dos agentes políticos, punindo ou recompensando os governos pelos seus feitos mais imediatos. Como problema de pesquisa este estudo busca responder a seguinte indagação: **quais os condicionantes da reeleição dos prefeitos nos municípios Paraibanos?**

Este trabalho tem como objetivo geral: analisar os fatores que contribuíram para o sucesso eleitoral de governantes que pleitearam a reeleição consecutiva nos municípios paraibanos no pleito de 2016; como objetivos específicos este trabalho buscou: levantar dados sobre os resultados eleitorais dos municípios paraibanos; verificar a quantidade de chefes do poder executivo que concorreram à reeleição; apontar características das gestões dos prefeitos com base nos fundamentos da governança democrática; identificar o quadro partidário municipal e as redes de apoio em nível estadual.

Em nível de conclusão, pode-se dizer que o alinhamento dos prefeitos ao partido do governador da Paraíba não apresentou condição suficiente para ampliar as chances de serem conduzidos ao um novo mandato. No que se refere também a performance fiscal dos municípios, observa-se que há baixo índice de gestão fiscal dos municípios onde a reeleição do prefeito foi bem-sucedida, bem como onde a reeleição foi malsucedida. No que tange ao Índice de Desenvolvimento Municipal, nota-se que os municípios possuem índices considerados regulares e moderados, tanto onde houve reeleição, quanto onde não houve reeleição. Nesse sentido, pode-se dizer que as evidências sobre os fatores que condicionaram a reeleição dos prefeitos paraibanos interferem, mas não são determinantes.

O trabalho está dividido em cinco partes, sendo estas respectivamente: Introdução; Revisão de Literatura; Metodologia; Resultados e Discussões; e Conclusão.

2 REGIME DEMOCRÁTICO

As origens etimológicas do termo democracia sugerem uma série de problemas urgentes que vão muito além das questões semânticas. Se um governo de ou pelo povo - um governo "popular" - deve ser estabelecido, pelo menos cinco questões fundamentais devem ser confrontadas no início, e mais duas são quase certamente colocadas se a democracia continuar a existir por muito tempo (CAMOZATTO, 2015).

Uma democracia é um sistema político com instituições que permitem aos cidadãos expressar suas preferências políticas, tem restrições sobre o poder do executivo e fornece uma garantia de liberdades civis (PEREIRA, 2019). Outra

maneira de dizer a mesma coisa é que é um tipo de governo que é governado por cidadãos, ou em outras palavras, pessoas que são membros de uma sociedade. Em um governo democrático, as pessoas têm certos direitos básicos que o governo não pode tirar deles, e esses direitos são reconhecidos internacionalmente e garantidos.

Democracia da Sociedade Democrática é mais do que um conjunto de regras e procedimentos constitucionais que determinam como funciona um governo. Em uma democracia, o governo é apenas um elemento que coexiste em um tecido social de muitas e variadas instituições, partidos políticos, organizações e associações (MOISÉS; CARNEIRO, 2008). Essa diversidade é chamada de pluralismo e pressupõe que os muitos grupos e instituições organizados em uma sociedade democrática não dependem do governo para sua existência, legitimidade ou autoridade (PEREIRA, 2019).

Milhares de organizações privadas operam em uma sociedade democrática, algumas locais, algumas nacionais. Muitos deles desempenham um papel mediador entre os indivíduos e as complexas instituições sociais e governamentais das quais fazem parte, preenchendo papéis não dados ao governo e oferecendo aos indivíduos oportunidades de exercer seus direitos e responsabilidades como cidadãos de uma democracia.

Esses grupos representam os interesses de seus membros de várias maneiras - apoiando candidatos a cargos públicos, debatendo questões e tentando influenciar decisões políticas. Através desses grupos, os indivíduos têm uma avenida para uma participação significativa tanto no governo quanto em suas próprias comunidades (SUNG et al., 2003). Os exemplos são muitos e variados: organizações de caridade e igrejas, grupos ambientais e de vizinhança, associações empresariais e sindicatos.

2.1 DEMOCRACIA DIRETA

Uma democracia direta é quando os cidadãos votam diretamente por uma política, sem quaisquer representantes intermediários ou casas do parlamento. Se o governo tem que aprovar uma determinada lei ou política, ela vai para o povo (LIMA, 2005). Eles votam sobre o assunto e decidem o destino de seus próprios países. As pessoas podem até mesmo levantar problemas, contanto que tenham um consenso

substancial sobre o assunto. Mesmo os impostos não podem ser levantados sem o apoio do público.

Quando a população é pequena, educada e principalmente homogênea (pelo menos politicamente), uma democracia direta não parece ser uma má ideia. A Suíça, por exemplo, tem uma longa história de sucesso na democracia direta. Em certos lugares do país, eles ainda têm assembleias onde as pessoas se reúnem ao ar livre em um determinado dia e votam nas leis de sua sociedade. Este modelo de democracia leva as pessoas a formarem partidos para suas próprias agendas (LIMA, 2005).

2.1.1 Democracia representativa

Democracia representativa ou democracia indireta é quando as pessoas escolhem votar em quem irá representá-las em um parlamento (LANDEMORRE, 2016). Ele tira proveito da divisão do trabalho: um pequeno grupo de representantes pode usar seus conhecimentos na formulação de políticas, liberando todos os demais para outras tarefas. Além disso, enfatiza a proteção dos direitos não apenas da maioria das pessoas no estado, mas também das minorias (URBINATI, 2006).

Ao eleger um representante mais qualificado, uma população minoritária seria capaz de vocalizar suas queixas de uma maneira mais eficiente. A desvantagem dessa forma de democracia é que o governo eleito pode falhar em perseguir os interesses dos cidadãos (DOMBO, 2014).

2.1.2 Democracia Participativa

A democracia participativa treina os desmotivados no processo de separação do governo em pequenas cadeias e escolhe preparar as políticas comunitárias de apoio. Preza pela análise e a discussão, ao invés de simplesmente votar (DE ALMEIDA PUJOL, 2012).

Hoje, nenhum país pratica ativamente essa forma de democracia. Embora as teorias por trás disso sejam sólidas, a aplicação real dessa abordagem é repleta de complicações. No entanto, muitos movimentos sociais, como o movimento internacional *Occupy*, o movimento bolivariano na Venezuela e o Narmada Bachao

Andolan, na Índia, organizam-se em torno de um modelo participativo de democracia (ALMAO, 2005).

2.2 REELEIÇÃO E QUALIDADE DA DEMOCRACIA EM SISTEMAS PRESIDENCIALISTAS

A discussão sobre a reeleição dos cargos do poder executivo nos presidencialismos latino-americanos assume algumas controvérsias. As condições para reeleição dos cargos do poder Executivo na democracia brasileira podem ser ancoradas na discussão da literatura em ciência política sobre efeitos positivos e negativos para mandatos consecutivos dos chefes do executivo. A discussão mais frequente reporta aos efeitos do poder presidencial, nesse sentido tomam-se como referência as questões apresentadas ao funcionamento da lógica do presidencialismo para entender como se reproduz em âmbito subnacional, especificamente para visualizar o instituto da reeleição no poder local, os seus reflexos nas relações de poder nos municípios paraibanos.

A questão da reeleição aparece de forma inusitada na obra de Tocqueville (1998) quando considera que a busca de manutenção no cargo pelos governos pode gerar efeitos perversos. Assim entende que no Estado democrático constitucional do modelo norte-americano, o instituto da reeleição fragilizava o sistema presidencialista, pois considerava que quando o chefe do Estado reúne esforços a sua reeleição, a intriga e a corrupção, que são vícios naturais dos governos eletivos, estendem infinitamente e compromete a própria existência do país. Pois, se um simples candidato quisesse vencer pela intriga, suas manobras só se exerceriam num espaço circunscrito. Mas, se ao contrário, o próprio Chefe de Estado é um dos postulantes, toma emprestada para seu uso próprio a força do governo.

Nesse sentido, Tocqueville argumenta: o simples candidato é um homem com seus frágeis meios; já o chefe de Estado como candidato empenha-se na sua reeleição, cujo meio é o próprio Estado, com seus imensos recursos pode ser capaz de intrigar e corromper, isto é, o simples cidadão que emprega manobras censuráveis para chegar ao poder só pode prejudicar de forma indireta a prosperidade pública; mas, se o representante do Executivo entra na luta, a atenção ao governo se torna interesse secundário, pois o interesse principal é a sua

reeleição. Daí, Tocqueville entende que as negociações, tanto como as leis, passam a ser, para ele, apenas combinações eleitorais; os cargos tornam-se a recompensa pelos serviços prestados, não à nação, mas ao seu chefe (SOARES, 2010).

Por outro prisma Sartori (1997) considera a reeleição do Presidente apontando pontos positivos para o controle dos governantes pelos governados. Para tanto, utiliza de argumentos que enfraquecem o daqueles que consideram que a reeleição do Executivo pode abrir caminho para um governo ditatorial. Diferentemente, Sartori (1997), aponta que o presidente com um só mandato não teria condições de atender aos anseios de proteção por parte daqueles que o apoiam.

Nessa perspectiva, Soares (2010, p.31) ressalta que a chance de reeleição fica clara, por causa da existência de estímulos para o titular da Função se envolver-se com atividades futuras e firmar apoios para suas políticas, mas, principalmente, por possibilitar que seja recompensado ou penalizado por ações anteriores. A reeleição aprimora a possibilidade de êxito do Presidente e tem o efeito no jogo estratégico entre o Executivo e o Legislativo.

2.2.1 Reeleição no Brasil

Desde o ataque de Schumpeter (1972) à noção clássica de interesse público, a democracia passou a ser avaliada não pela capacidade dos governos de expressar a vontade geral - ou no jargão moderno, a função de bem-estar social - mas pela capacidade dos cidadãos, responsabilizar os governos. As eleições são importantes porque os cidadãos são capazes de responsabilizar os políticos em exercício por punir ou recompensar seus desempenhos (NICOLAU, 2004).

A possibilidade de reeleição proporciona aos políticos incentivos para alinhar suas preferências com as dos cidadãos e para se abster de comportamento de busca de renda. O modelo altamente influente de Ferejohn (1986) *apud* Mendes e Rocha (2004), prevê que os políticos em exercício evitam a extração máxima de aluguéis em seu primeiro mandato eleitoral para se reeleger e desfrutar de futuros aluguéis.

Quando o argumento dos incentivos à reeleição é estendido para abranger o fator da corrupção, espera-se que os candidatos à reeleição sejam supostamente menos corruptos do que aqueles que não podem ser reeleitos. O comportamento de

corrupção pode ser distinguido da mera busca de renda e oportunismo (ANDRADE, 2018). No entanto, podemos esperar um efeito de dissuasão similar em ambos, causado pelo processo eleitoral. É certo que, devido a problemas de medição e dados, poucos estudos empíricos testaram o impacto dos incentivos à reeleição na corrupção.

Ferraz e Finan (2007) fornecem um dos poucos testes empíricos do papel de reforço de governança dos incentivos à reeleição. O teste deles usa o termo limites nas eleições municipais brasileiras para determinar se os incentivos reeleitorais afetam o nível de extração de aluguéis dos políticos em exercício. Eles descobriram que nos municípios onde os prefeitos estão em seu segundo e último mandato, há significativamente mais corrupção do que em municípios semelhantes, onde os prefeitos estão em seu primeiro mandato.

3 METODOLOGIA

Os trabalhos de investigação em fontes secundárias possibilitaram traçar o campo da disputa eleitoral nos municípios paraibanos. Na primeira parte do trabalho fez-se uma descrição do perfil dos prefeitos e da disputa eleitoral. Na segunda parte, fez-se uma exposição sobre o sucesso eleitoral dos candidatos para cargo do executivo municipal, desempenho do município no que concerne a gestão fiscal e desenvolvimento municipal e o efeito do instituto da reeleição dos prefeitos.

Em relação ao perfil e ao desempenho dos prefeitos na arena política e administrativa, os trabalhos de investigação permitiram construir e operacionalizar as seguintes variáveis: Competição político-partidária; Capacidade fiscal do município; Apoio do prefeito ao governo estadual; Escolaridade.

A pesquisa permitiu observar a caracterização dos prefeitos eleitos e como caracterizar o sucesso eleitoral daqueles que obtiveram mandatos subsequentes. Para tanto, tomou-se como orientação as seguintes proposições:

- Prefeitos que realizaram boas gestões são potencialmente conduzidos a um segundo mandato;
- Prefeitos que apoiam e recebem apoio do governador são potencialmente vitoriosos.

As fontes de pesquisa sobre resultados eleitorais foram extraídas do repositório do TSE, cujas informações dizem respeito às características dos candidatos e suas votações em todos os municípios paraibanos. Para mensurar desempenho dos governos utilizou-se o Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) e Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM)¹ no sentido de verificar a capacidade fiscal e de desenvolvimento dos municípios, além dos seus reflexos na reeleição do Executivo Municipal. Nesse estudo foi utilizado o método estatístico descritivo para mensuração da análise dos dados.

O Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) que varia entre 0 e 1 respectivamente, sendo que, quanto mais próximo de 1 melhor é a gestão fiscal do município. A utilização desse índice de capacidade fiscal é importante para mensurar o desempenho dos governos e as possibilidades para formulação de políticas públicas que irão atender as demandas mais prementes do município. Uma boa capacidade fiscal pressupõe que os governos terão meios para garantir ações responsáveis e responsivas. A utilização do índice IFGF permite verificar a disciplina e a qualidade da gestão orçamentária e financeira dos municípios brasileiros. Na presente pesquisa observaram-se os 123 municípios paraibanos onde o chefe do poder Executivo concorreu à reeleição. Desses dados, a pesquisa visualizou os municípios acima de dez mil habitantes para averiguar o comportamento fiscal e o sucesso eleitoral do prefeito.

No que diz respeito ao Índice de Desenvolvimento Municipal (IFDM), o mesmo permite verificar o grau de desenvolvimento municipal referente ao período de um mandato, sendo assim, torna-se possível analisar o crescimento municipal em aspectos socioeconômicos relevantes como: emprego e renda; educação; e saúde. Diferentemente do IFGF, esse índice agrega todos os municípios que pleitearam a reeleição, sendo eles cidades de pequeno, médio ou grande porte.

Para operacionalização do índice foram utilizadas as seguintes medidas: receita própria; gasto com pessoal; investimentos; liquidez; custo da dívida. Tal Índice mede a disciplina e a qualidade da gestão orçamentária e financeira dos municípios. Assim aplicam-se os conceitos para classificar a gestão, são eles:

¹ O IFGF mede a disciplina e a qualidade da gestão orçamentária e financeira dos municípios criado pela Federação das indústrias do Rio de Janeiro. O IFDM mede o desenvolvimento dos municípios em três áreas de atuação: emprego e renda; educação; e saúde.

conceito D (Gestão Crítica) resultados inferiores a 0,4 pontos; conceito C (Gestão em Dificuldade) resultados compreendidos entre 0,4 e 0,6 pontos; conceito B (Boa Gestão) resultados compreendidos entre 0,6 e 0,8; conceito A (Gestão de Excelência) resultados superiores a 0,8 pontos².

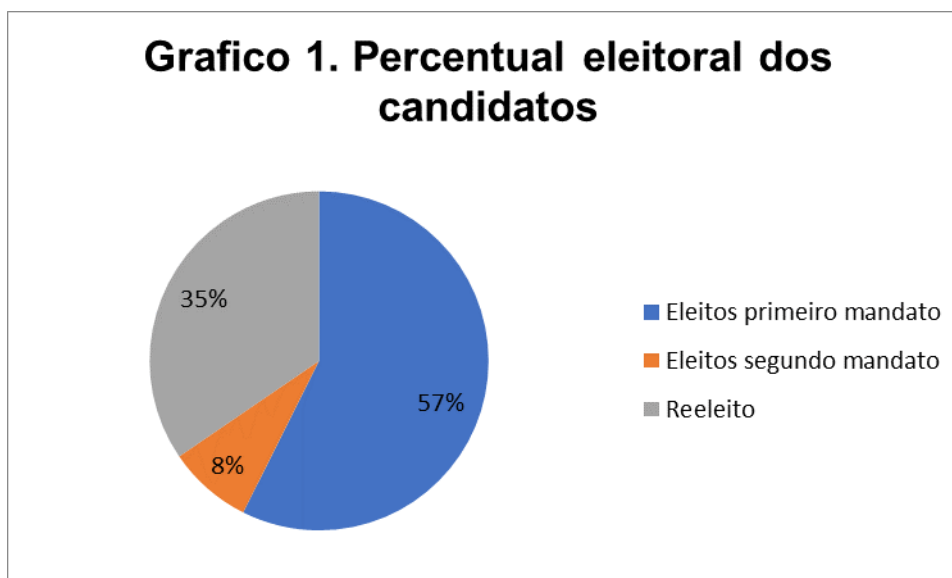
Para a comparação dos dados sobre a Gestão fiscal foi operacionalizada a média dos 4 anos (2013-2016) para os municípios onde tiveram candidatos reeleitos e não reeleitos. Nos casos em que não há valor do índice em determinado ano, foram usados apenas os valores apresentados.

4 PROCESSO ELEITORAL NOS MUNICÍPIOS PARAIBANOS: CARACTERIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES DE 2016

As eleições municipais em todo país têm importância evidente por considerar a oportunidade que os eleitores dispõem de decidir sobre a ocupação de cargos daqueles que irão interferir de forma mais direta no cotidiano do município. Nesse sentido, visualizar o processo eleitoral nos municípios tem papel significativo para interpretar os possíveis caminhos para resolução dos problemas econômicos, políticos e sociais.

Com esse intuito, os primeiros passos da pesquisa, buscou revelar o panorama das eleições municipais de 2016 na Paraíba. Assim, os dados revelam os resultados do pleito e visualiza as candidaturas em números percentuais.

² Para o IFDM, são utilizadas as mesmas classificações numéricas do IFGF, no entanto, com as seguintes denominações: baixo desenvolvimento; desenvolvimento regular; desenvolvimento moderado; e alto desenvolvimento.

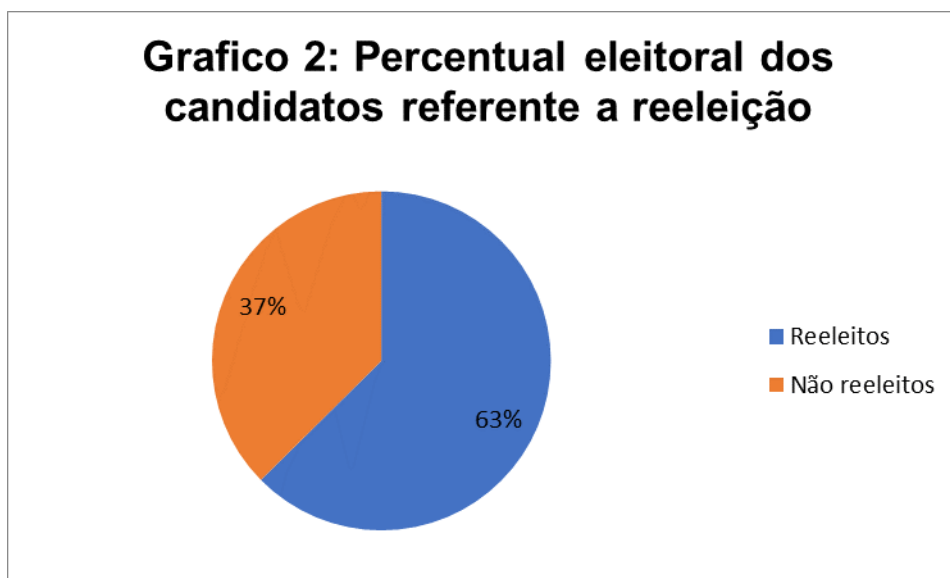


Fonte: TSE, 2018.

O Gráfico 1 representa dados sobre eleitos em primeiro mandato, reeleitos não em mandatos subsequentes e reeleitos em mandatos subsequentes, aqueles já regidos pelo instituto da reeleição.

Prefeitos eleitos no primeiro mandato apresentam um valor percentual de 57%, mostrando que mais da metade dos candidatos dessa categoria obteve êxito em candidaturas para o executivo municipal na Paraíba. Entre os eleitos, observa-se que 8% dos candidatos conquistaram outro mandato, mas não consecutivo, ou seja, já ocuparam o cargo do executivo municipal em outro momento. Já os prefeitos que conseguiram a reeleição somam 35%, de um total de 223 municípios da Paraíba.

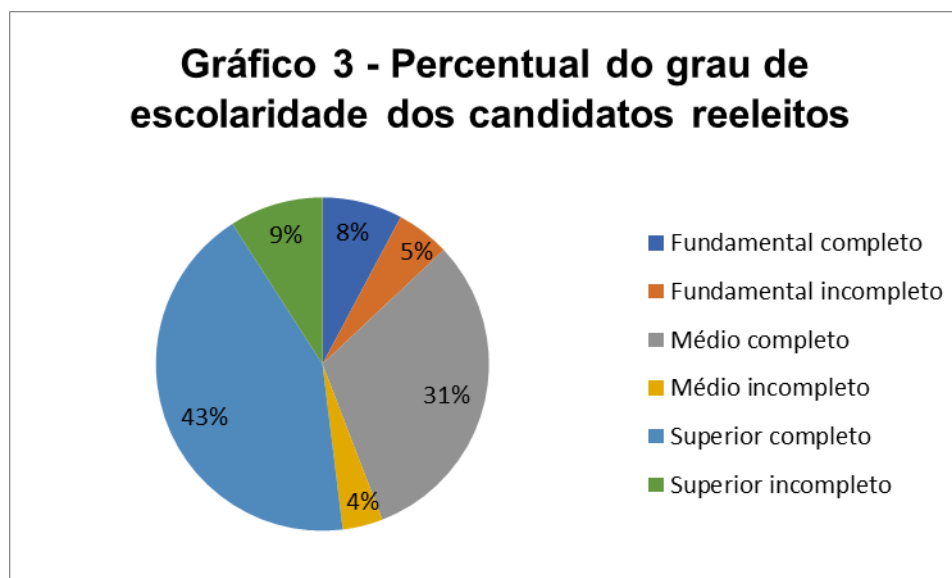
O Gráfico 2 apresenta dados sobre a totalidade dos candidatos ao cargo do poder Executivo municipal que concorreram a mais de um mandato consecutivo.



Fonte: TSE, 2018.

A busca pelo sucesso eleitoral é apresentada no gráfico acima, que mostra em valores percentuais como se deu o processo de punição ou recompensa por parte dos eleitores para com seus representantes. Destaca-se no gráfico 2, que 123 prefeitos no pleito eleitoral de 2016 tentaram a reeleição, sendo que 63% que é equivalente a 77 prefeitos obtiveram sucesso, e 37% ou 46 prefeitos, não foram premiados pelos seus eleitores. Nesse sentido, pode-se dizer que no panorama das eleições municipais do estado da Paraíba em 2016, o instituto da reeleição beneficiou a maioria dos prefeitos que foram recompensados pelo eleitorado e obtiveram a oportunidade de continuar a implementação de seus programas e ou suas políticas por mais um mandato.

Para descrever o panorama da disputa eleitoral nos municípios paraibanos, observa-se a capacidade intelectual como fator importante para identificar o perfil da classe política no poder local. O Gráfico 3 descreve acerca do grau de escolaridade dos candidatos. Tomou-se como unidade de análise candidatos ao cargo do poder Executivo municipal que foram contemplados com mais um mandato consecutivo. Os dados demonstram que a escolaridade dos prefeitos reeleitos apresenta números significativos com ensino médio e superior.



Fonte: TSE, 2018.

Ao observar o Gráfico 3, pode-se notar que os candidatos que se reelegeram com ensino superior completo são os que predominam no contexto dos resultados gerais do pleito de 2016. Dos 77 prefeitos/candidatos reeleitos, o total de 33 deles, ou seja 43% possui nível superior completo. Enquanto 24 deles, ou seja 31% possui o ensino médio completo. Em suma, pode-se destacar a qualificação dos prefeitos reeleitos no estado da Paraíba, possui ensino superior ou médio completo, e, pode indicar fator positivo no que concerne o acesso à informação para auxiliar a tomada de decisão. Nesse sentido, as discussões sobre a qualidade da gestão pública eficiente, coaduna com exigências de capacidades para maximizar os resultados políticos e efetivação das funções públicas. Em meio a diversas dificuldades de equilíbrio fiscal enfrentados nas funções públicas administrativas do país, parece salutar que os resultados eleitorais apontem essa tendência em constituir representantes com formação escolar.

A Tabela 1, trata do perfil ocupacional dos candidatos reeleitos que em sua maioria se considera na categoria profissional de “prefeito”. Dado curioso que faz da classe política nos municípios paraibanos uma profissão. A reeleição assim pode até aprimorar essa função. Em seguida vêm outras ocupações esplanadas abaixo:

Tabela 1 - Porcentagem por ocupação dos prefeitos reeleitos

OCUPAÇÃO DOS CANDIDATOS REELEITOS	QUANTIDADE POR OCUPAÇÃO	PERCENTUAL
ADVOGADO	1	1%
AGRICULTOR	4	5%
AGRÔNOMO	1	1%
COMERCIANTE	4	5%
EMPRESÁRIO	2	3%
ENFERMEIRO	1	1%
ENGENHEIRO	2	3%
FARMACÊUTICO	1	1%
MÉDICO	2	3%
PREFEITO	55	71%
SERVENTUÁRIO DE JUSTIÇA	1	1%
SERVIDOR PÚBLICO	2	3%
VETERINÁRIO	1	1%
TOTAL	77	100%

Fonte: TSE, 2018.

A supracitada tabela nos mostra que 55 dos 77 candidatos reeleitos, aproximadamente 71% veem a política como uma ocupação única, abrindo mão da sua antiga função. Os que se dizem comerciantes são 4 candidatos, cerca de 5% do total; agricultores também apresentam a mesma quantidade percentual; empresário, engenheiro, médico e servidor público apresentam 2 candidatos cada um obtendo um valor percentual de 3%. Já, advogado, agrônomo, enfermeiro, farmacêutico, serventuário de justiça e veterinário, apresentam 1 candidato cada, sendo em torno de 1% por profissão.

Vale ressaltar que esse número expressivo de candidatos que se declaram “prefeitos” aponta uma questão interessante, os candidatos estão usando a política não como forma de representação, mas, sim, como profissão/carreira, uma vez que 71% dos candidatos reeleitos no pleito eleitoral de 2016 declaram que sua profissão é a função política por eles exercida. Nesses casos, fica patente intensa participação nos processos eleitorais dos municípios.

O próximo ponto trata dos partidos que participaram do processo eleitoral no ano de 2016 e obtiveram candidatos reeleitos e não reeleitos. Pode-se destacar a participação expressiva do Partido Socialista Brasileiro (PSB) nas duas categorias como expressa a Tabela 2:

Tabela 2 - Quantitativo de candidatos Reeleitos e Não Reeleitos por partido em 2016

Partido	Sigla	Quantidade de candidatos Reeleitos	Quantidade de candidatos Não Reeleitos
Democratas	DEM	2	2
Partido da República	PR	4	1
Partido da Social Democracia Brasileira	PSDB	9	5
Partido Democrático Trabalhista	PDT	2	2
Partido do Movimento Democrático Brasileiro	PMDB	13	8
Partido dos Trabalhadores	PT	0	1
Partido Social Democrático	PSD	14	1
Partido Socialista Brasileiro*	PSB	23	21
Partido Trabalhista Brasileiro	PTB	6	4
Partido Trabalhista do Brasil	PT DO B	0	1
Partido Progressista	PP	3	0
Partido Social Cristão	PSC	1	0
TOTAL		77	46

Fonte: TSE, 2018.

*Partido do governador da Paraíba Ricardo Coutinho (Mandato 2010-2018).

Como mostra a Tabela 2, doze partidos participaram do processo eleitoral no ano de 2016 na Paraíba buscando a reeleição, dos quais, dez partidos (DEM, PR, PSDB, PDT, PMDB, PSD, PSB, PTB, PP e PSC) obtiveram êxito na reeleição e dois partidos (PT e PT do B) não conseguiram o mesmo resultado. No que diz respeito aos dados dos partidos que obtiveram candidatos não reeleitos, repete-se a maioria dos partidos, totalizando respectivamente dez partidos (DEM, PR, PSDB, PDT, PMDB, PT, PSD, PSB, PTB e PT do B) e apenas dois (PP e PSC) não obtiveram candidatos punidos com a não reeleição.

Pode-se notar que o partido do governador (PSB) obteve o maior número de candidatos na competição pela reeleição, totalizando 44 candidatos, dos quais 23 se reelegeram e 21 não se reelegeram. Embora esse número não seja expressivo pela quantidade de municípios paraibanos, mas esse cenário aponta o partido do governador reunindo esforços para ampliar apoio no interior. Destaque-se o empenho do poder da esfera estadual (representado pelo governador), na disputa pela reeleição nos municípios do estado da Paraíba. Esse dado revela uma longa tradição das relações federativas do Brasil, em que, os municípios brasileiros são comandados por grupos políticos que tendem a se alinhar ao poder executivo estadual.

As tabelas 3 e 4 apresentam os municípios com mais de 11.000 habitantes no estado da Paraíba onde ocorreram as disputas eleitorais pelo processo de reeleição. Foram analisados dados do Índice Firjan de Gestão fiscal (IFGF) nos anos de 2013-2016. Esse índice mede a qualidade da gestão orçamentária e financeira do município. Os dados utilizados representam uma média do IFGF dos anos analisados.

Tabela 3 - Desempenho do Executivo Municipal referente ao IFGF e resultado eleitoral em municípios a partir de 11.000 habitantes

Município	Partido	Índice Firjan Média	Situação
Aroeiras	PSDB	0,2025	Reeleito
Boqueirão	PSD	0,3580	Reeleito
Conceição	PSDB	0,3661	Reeleito
Cruz do Espírito Santo	PSD	0,1670	Reeleito
Imaculada	PSD	0,2043	Reeleito
Ingá	PSD	0,1735	Reeleito
Lucena	PSB	0,2459	Reeleito
Pitimbu	PSD	0,4441	Reeleito
Pocinhos	PTB	0,2790	Reeleito
Remígio	PSB	0,4040	Reeleito
Santa Luzia	PMDB	0,2989	Reeleito
São João do Rio do Peixe	PP	0,2957	Reeleito
Taperoá	PMDB	0,4492	Reeleito
Tavares	PMDB	0,4039	Reeleito
Teixeira	PMDB	0,2736	Reeleito
Uiraúna	PSDB	0,3202	Reeleito
Bananeiras	PSB	0,3506	Reeleito
Catolé do Rocha	PTB	0,3377	Reeleito
Pedras de Fogo	PSB	0,3899	Reeleito
Sapé	PSB	0,1672	Reeleito
Guarabira	PSDB	0,4418	Reeleito
Campina Grande	PSDB	0,4184	Reeleito
João Pessoa	PSD	0,5335	Reeleito

Fonte: Índice Firjan, 2019.

*Nota: A média foi calculada a partir do índice dos anos 2013-2016.

A referida Tabela 3 apresenta os municípios com mais de 11.000 habitantes, onde o chefe do poder Executivo obteve mais de um mandato consecutivo, buscou-se identificar a capacidade fiscal dos municípios para associar ao quadro da reeleição dos prefeitos. O índice que corresponde à gestão fiscal leva em conta as

seguintes variáveis: receita própria; gastos com pessoal; liquidez; investimentos; e custo da dívida. Tomou-se esse porte de município por considerar que, no Brasil há possibilidade de municípios maiores terem mais chances de organização administrativa. Com base nesse pressuposto, observou-se que a organização administrativa desses municípios, embora apresente baixo índice de gestão fiscal, muitos prefeitos ainda conseguiram a reeleição consecutiva.

A partir dos conceitos definidos pelo Índice Firjan de gestão fiscal, pode-se analisar que ao todo dezesseis municípios estão com uma gestão fiscal crítica, não atingindo ao menos 0,4 pontos, outros sete municípios apontam uma gestão fiscal com dificuldade, ou seja, atingiram média entre 0,4 e 0,6. Outra questão que vale destacar é que nenhum município obteve uma média compatível com os pontos considerados bons ou excelentes pelo índice. Esses resultados descrevem a incapacidade das gestões municipais do estado da Paraíba de contar com uma organização administrativa mínima para formular e implementar políticas públicas.

Através do estudo desenvolvido, não se pode tirar conclusões definitivas sobre o grau de influência da variável gestão fiscal na reeleição dos prefeitos, pois, apesar de se mostrarem um pouco superiores em relação aos dados dos não reeleitos (ver tabela 4), ainda apresentam números pouco satisfatórios.

A Tabela 4 abaixo apresenta situação ainda mais difícil em relação à gestão fiscal dos municípios, os dados apresentados dizem respeito aos municípios, onde, os candidatos não obtiveram êxito na busca pela reeleição no pleito eleitoral de 2016.

Tabela 4 - Desempenho do Executivo Municipal referente ao IFGF e resultado eleitoral em municípios a partir de 11.000 habitantes

Município	Partido	Índice Firjan Média	Situação
Alagoa Nova	PSB	0,2505	Não Reeleito
Alhandra	PMDB	0,4735	Não Reeleito
Belém	PSB	0,3803	Não Reeleito
Coremas	PSDB	0,3658	Não Reeleito
Fagundes	PSB	0,2402	Não Reeleito
Gurinhém	PDT	0,2666	Não Reeleito
Jacaraú	PSB	0,3891	Não Reeleito
Massaranduba	PSB	0,1793	Não Reeleito
Piancó	DEM	0,1971	Não Reeleito
Puxinanã	PSDB	0,2217	Não Reeleito

São José de Piranhas	PSDB	0,2563	Não Reeleito
São Sebastião de Lagoa da Roça	PMDB	0,2706	Não Reeleito
Alagoa Grande	PT	0,1901	Não Reeleito
Areia	PSB	0,2286	Não Reeleito
Itabaiana	PMDB	0,1630	Não Reeleito
Queimadas	PSD	0,2175	Não Reeleito
São Bento	PSB	0,3611	Não Reeleito
Mari	PSB	0,2889	Não Reeleito
Bayeux	PSB	0,1907	Não Reeleito
Cajazeiras	PSB	0,3020	Não Reeleito
Sousa	PMDB	0,2922	Não Reeleito

Fonte: Índice Firjan, 2019.

*Nota: A média foi calculada a partir do índice Firjan dos anos 2013-2016

A exposta Tabela 4 apresenta os municípios onde os prefeitos não obtiveram sucesso na reeleição. Os dados demonstram que o índice Firjan dos municípios apresenta valores baixos, com a maioria assumindo a condição de gestão crítica, ou seja, não atingindo 0,4 pontos. Ressalta-se que o município de Alhandra atingiu a média de 0,4735 com apenas os valores de 2 anos do período administrativo³. Esses dados revelam valores abaixo daqueles apresentados na tabela 3, pois, apresenta-se 21 municípios na Tabela 4, dos quais todos se enquadram no conceito classificado como “gestão fiscal crítica”.

De acordo com os dados obtidos pode-se observar que apesar de não justificar a reeleição, os resultados apontam que a gestão fiscal tem alguma relevância nos resultados eleitorais, quando o chefe do poder executivo pleiteia um segundo mandato consecutivo. Apesar da média do Índice Firjan correspondente aos anos 2013-2016, não ser alta, e do limite no que concerne a conclusão definitiva, nota-se diferenciação na performance da gestão fiscal entre os municípios que tiveram prefeitos reeleitos, com melhores resultados e piores resultados em gestões que prefeitos não obtiveram sucesso em disputa pela reeleição.

Na supracitada Tabela 4 destacam-se como os melhores índices os municípios de Jacaraú e Belém com respectivamente 0,3891 e 0,3803. Além de Alhandra que atingiu 0,4735 constando apenas 2 anos do Índice Firjan de Gestão

³ Além do município de Alhandra, outras 4 cidades (Areia, Itabaiana, Mari e Bayeux) não constavam todos os valores do período administrativo referente ao estudo, sendo assim, a média nesses municípios foi elaborada a partir dos valores anuais encontrados.

Fiscal. Não obstante, com índices mais baixos destacam-se os municípios de Massaranduba e Itabaiana obtendo médias de 0,1793 e 0,1630 respectivamente.

Nas tabelas a seguir podemos notar o grau de desenvolvimento municipal, partindo da premissa de que fatores como educação, saúde e emprego e renda, podem ser determinantes para a punição ou recompensa eleitoral. Para tanto, analisam-se dados obtidos através do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), para o mandato eleitoral dos prefeitos no período de 2013-2016. O índice classifica os municípios de 0 a 1, sendo que, quanto mais próximo de 1 melhor é o desenvolvimento municipal. O índice utiliza as seguintes classificações: baixo desenvolvimento (inferiores a 0,4); desenvolvimento regular (0,4 a 0,6); desenvolvimento moderado (0,6 a 0,8); e alto desenvolvimento (superiores a 0,8) respectivamente.

Na Tabela 5, há visualização dos municípios paraibanos com população até 5.000 habitantes. Nota-se que grande parte dos municípios dessa categoria possui um desenvolvimento classificado como moderado de acordo com a medida do índice.

Tabela 5 - Desempenho do Executivo Municipal referente ao IFDM e resultado eleitoral em municípios com até 5.000 habitantes

Município	IFDM (Média)*	Situação	População
Parari	0,5789	Reeleito	1.256
Riacho de Santo Antônio	0,6335	Reeleito	1.722
Coxixola	0,5904	Reeleito	1.771
Passagem	0,6143	Reeleito	2.233
Bom Jesus	0,5917	Reeleito	2.400
Curral Velho	0,6200	Reeleito	2.505
Santo André	0,7031	Reeleito	2.638
Tenório	0,6355	Reeleito	2.813
São Domingos de Pombal	0,6349	Reeleito	2.855
Ouro Velho	0,5855	Reeleito	2.928
Frei Martinho	0,6515	Reeleito	2.933
Serra Grande	0,6308	Reeleito	2.975
Bernadino Batista	0,6031	Reeleito	3.075
Gurjão	0,6717	Reeleito	3.159
Serra da Raiz	0,6680	Reeleito	3.204

São José do Bonfim	0,5726	Reeleito	3.233
Riachão	0,6353	Reeleito	3.266
Emas	0,5762	Reeleito	3.317
São Francisco	0,6836	Reeleito	3.364
Santa Inês	0,5919	Reeleito	3.539
Olivedos	0,6343	Reeleito	3.627
Poço Dantas	0,5632	Reeleito	3.751
Prata	0,6548	Reeleito	3.854
Logradouro	0,6208	Reeleito	3.942
Poço de José de Moura	0,6016	Reeleito	3.978
São Bentinho	0,6356	Reeleito	4.138
Baraúna	0,6694	Reeleito	4.220
Matinhas	0,5662	Reeleito	4.321
São João do Tigre	0,5870	Reeleito	4.396
Damião	0,5212	Reeleito	4.900

Fonte: Índice Firjan, 2019.

*Nota: A média foi calculada a partir do índice Firjan dos anos 2013-2016.

Na referida tabela, observa-se que todos os municípios elencados se encontram ao menos classificados como desenvolvimento regular e desenvolvimento moderado, visto que, atingem valores que variam entre 0,4 e 0,7. Com isso, observa aspectos positivos, uma vez que, o desenvolvimento municipal apesar de não estar nos melhores índices classificados pelo IFDM, ainda apontam desempenho “satisfatório”, visto que, nenhum dos municípios se enquadram nos termos considerados críticos pelo IFDM.

Dos municípios acima vistos, destacam-se como melhores classificados os municípios de Santo André e São Francisco, que apresentam valores de 0,7031 e 0,6836 respectivamente. Não obstante, destacam-se por possuir os menores valores dessa categoria, os municípios de Poço Dantas e Damião⁴ com índices de 0,5632 e 0,5212 respectivamente.

⁴ Os municípios de São José do Bonfim e Damião possuíam apenas 3 valores no período analisado de 4 anos.

A tabela 6 apresenta municípios com o mesmo porte populacional da Tabela 5, porém, onde o Chefe do Executivo Municipal foi punido pelos eleitores que não concederam outro mandato.

Tabela 6 - Desempenho do Executivo Municipal referente ao IFDM e resultado eleitoral em municípios com até 5.000 habitantes

Município	IFDM (Média)*	Situação	População
Amparo	0,6474	Não reeleito	2.088
Carrapateira	0,6735	Não reeleito	2.378
Lastro	0,5462	Não reeleito	2.841
Cacimba de Areia	0,5912	Não reeleito	3.557
Duas Estradas	0,6323	Não reeleito	3.638
Pedra Branca	0,5746	Não reeleito	3.721
Riachão do Poço	0,6358	Não reeleito	4.164
Nova Palmeira	0,6542	Não reeleito	4.361
Monte Horebe	0,6028	Não reeleito	4.508
Caturité	0,6546	Não reeleito	4.543
Santa Terezinha	0,6588	Não reeleito	4.581

Fonte: Índice Firjan, 2019.

*Nota: A média foi calculada a partir do índice Firjan dos anos 2013-2016.

Diante do exposto na Tabela 6, pode-se notar a semelhança entre os números obtidos pelos municípios, variando entre 0,5 e 0,6. Esses valores, também apontam para um desenvolvimento regular e moderado, assim como, os municípios expostos na Tabela 5. Salieta-se que os municípios de Carrapateira e Santa Terezinha, possuem os melhores índices dessa tabela, sendo respectivamente 0,6735 e 0,6588. Em contrapartida, os municípios que atingiram os valores mais baixos são Lastro com 0,5462 e Pedra Branca com 0,5746.

Podemos avaliar que dentre os municípios com porte populacional abaixo de 5.000 habitantes analisados nas Tabelas 5 e 6, o IFDM se manteve constante, não divergindo de maneira significativa entre municípios onde os Chefes do Executivo foram premiados com a reeleição e municípios onde foram punidos, não obtendo sucesso eleitoral para renovação do mandato.

Na tabela 7, observa-se o desempenho do desenvolvimento municipal em municípios que variam entre 5.001 e 10.000 habitantes.

Tabela 7 - Desempenho do Executivo Municipal referente ao IFDM e resultado eleitoral em municípios com 5.001 a 10.000 habitantes

Município	IFDM (Média)*	Situação	População
Santa Helena	0,6670	Reeleito	5.369
São José dos Ramos	0,5913	Reeleito	5.508
Malta	0,5970	Reeleito	5.613
Caldas Brandão	0,6125	Reeleito	5.637
Boa Ventura	0,5484	Reeleito	5.751
Pedro Régis	0,6067	Reeleito	5.765
Condado	0,5973	Reeleito	6.584
São Miguel de Taipu	0,5418	Reeleito	6.696
Cacimbas	0,4571	Reeleito	6.814
Cubati	0,5566	Reeleito	6.866
Cutegi	0,6273	Reeleito	6.889
Livramento	0,5644	Reeleito	7.164
Nazarezinho	0,6253	Reeleito	7.280
Lagoa de Dentro	0,5793	Reeleito	7.370
Sobrado	0,6312	Reeleito	7.373
Juarez Távora	0,5353	Reeleito	7.459
Jericó	0,5081	Reeleito	7.538
Aparecida	0,6295	Reeleito	7.676
Riacho dos Cavalos	0,5406	Reeleito	8.314
Juru	0,5458	Reeleito	9.826

Fonte: Índice Firjan, 2019.

*Nota: A média foi calculada a partir do índice Firjan dos anos 2013-2016.

Na supracitada tabela, os municípios onde houve o sucesso eleitoral da reeleição permanecem em um mesmo grau de desenvolvimento, entretanto, verifica-se que o município de Santa Helena que possui o menor porte populacional é o que detém o melhor índice da tabela (0,6670), por outro lado, o município de Juru que possui a maior população não está entre os maiores valores observados na tabela, atingindo 0,5458. Além disso, entre os menores índices, destacam-se os municípios de Cacimbas (0,4571) e Jericó (0,5081).

A tabela 8 apresenta os municípios que detém a mesma faixa populacional da tabela anterior, porém, apresenta municípios nos quais houve a não reeleição.

Tabela 8 - Desempenho do Executivo Municipal referente ao IFDM e resultado eleitoral em municípios com 5.001 a 10.000 habitantes

Município	IFDM (Média)*	Situação	População
Vieirópolis	0,6489	Não reeleito	5.045
Borborema	0,5737	Não reeleito	5.111
Pilõezinhos	0,6456	Não reeleito	5.155
Capim	0,5904	Não reeleito	5.601
Igaracy	0,5002	Não reeleito	6.156
Brejo dos Santos	0,5988	Não reeleito	6.198
Areial	0,6523	Não reeleito	6.470
Casserengue	0,5580	Não reeleito	7.058
Mataraca	0,6347	Não reeleito	7.407
Desterro	0,5541	Não reeleito	7.991
Baía da Traição	0,5911	Não reeleito	8.012
Água Branca	0,4848	Não reeleito	9.449
Mulungu*	0,5726	Não reeleito	9.469
Cachoeira dos Índios	0,5654	Não reeleito	9.546

Fonte: Índice Firjan, 2019.

*Nota: A média foi calculada a partir do índice Firjan dos anos 2013-2016.

*Nota: O município de Mulungu continha apenas 3 valores do período analisado de 4 anos.

Pode-se dizer que a mesma constância de Índices ocorrido na tabela 7 também ocorre nesta tabela, inclusive, o menor município (Vieirópolis) possui o índice de desenvolvimento superior ao do maior município (Cachoeira dos Índios). Além disso, pode-se destacar que os municípios de Pilõezinhos, Areial e Mataraca ultrapassam o valor de 0,6, assim, classificando-se como desenvolvimento moderado pelo IFDM. Contrapondo-se a essa classificação, por exemplo, os municípios de Igaracy e Água Branca são classificados como desenvolvimento regular, pois, seus índices se encontram entre 0,4 e 0,6.

A próxima tabela mostrará dados referentes aos municípios que detém uma faixa populacional entre 10.001 a 20.000 habitantes, onde houve reeleição.

Tabela 9 - Desempenho do Executivo Municipal referente ao IFDM e resultado eleitoral em municípios com 10.001 a 20.000 habitantes

Município	IFDM (Média)*	Situação	População
Itatuba	0,5134	Reeleito	10.201
Juripiranga	0,6243	Reeleito	10.237
Tacima	0,6027	Reeleito	10.262
Imaculada	0,5948	Reeleito	11.352
Lucena	0,6719	Reeleito	11.730
Tavares	0,5873	Reeleito	14.103
Teixeira	0,5965	Reeleito	14.153
Uiraúna	0,5752	Reeleito	14.584
Santa Luzia	0,6521	Reeleito	14.719
Taperoá	0,5096	Reeleito	14.936
Cruz do Espírito Santo	0,5338	Reeleito	16.257
Boqueirão	0,5760	Reeleito	16.888
Pitimbu	0,5686	Reeleito	17.024
Pocinhos	0,5895	Reeleito	17.032
Remígio	0,6075	Reeleito	17.581
Ingá	0,5123	Reeleito	18.180
São João do Rio do Peixe	0,6079	Reeleito	18.201
Conceição	0,4822	Reeleito	18.363
Aroeiras	0,5083	Reeleito	19.082

Fonte: Índice Firjan, 2019.

*Nota: A média foi calculada a partir do índice Firjan dos anos 2013-2016.

Nota: O município de Seridó não constava valores no Índice Firjan.

Com base na Tabela 9, os municípios analisados em sua grande maioria estão na proporção de 0,5 e 0,6, mostrando assim, uma constância dentre todos os municípios até aqui analisados. Pode-se destacar como as cidades mais bem situadas no IFDM, Lucena e Santa Luzia, que possuem valores de 0,6719 e 0,6521 respectivamente. Detectou-se também os municípios que atingiram os menores valores na tabela, sendo eles, Conceição e Aroeiras, com as maiores populações exemplificadas na Tabela 9. Amplia-se deste modo a análise contínua, de que o

maior município dentro das faixas determinadas, detém índices menores que o menor município, com exceção de apenas uma faixa populacional (ver Tabela 6).

Nesse sentido, a próxima tabela apontará a análise do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), para os municípios com população entre 10.001 a 20.000 habitantes, onde não houve reeleição.

Tabela 10 - Desempenho do Executivo Municipal referente ao IFDM e resultado eleitoral em municípios com 10.001 a 20.000 habitantes

Município	IFDM (Média)*	Situação	População
São Sebastião de Lagoa da Roça	0,6199	Não reeleito	11.041
Fagundes	0,5788	Não reeleito	11.405
Massaranduba	0,6037	Não reeleito	12.902
Puxinanã	0,5570	Não reeleito	12.923
Gurinhém	0,5908	Não reeleito	13.872
Jacaraú	0,6396	Não reeleito	13.942
Coremas	0,5606	Não reeleito	15.149
Piancó	0,5876	Não reeleito	15.465
Belém	0,6052	Não reeleito	17.093
Alhandra	0,6720	Não reeleito	18.007
São José de Piranhas	0,5568	Não reeleito	19.096
Alagoa Nova	0,5364	Não reeleito	19.681

Fonte: Índice Firjan, 2019.

*Nota: A média foi calculada a partir do índice Firjan dos anos 2013-2016.

Observando a tabela acima, nota-se em destaque o município de Alhandra que atingiu a maior média dentre os municípios com prefeitos não reeleitos, atingindo 0,6720, que o classifica como “desenvolvimento moderado”, entretanto, não foi entendido pela sua população como suficiente para premiar o governante com a reeleição. Ademais, os municípios que possuem os menores índices são, na devida ordem, São José de Piranhas (0,5568) e Alagoa Nova (0,5364), que como pode ser constatado na tabela, são as cidades que detém as maiores populações.

Alusiva Tabela 11 traz a tona o desempenho dos municípios com 20.001 a 50.000 habitantes, em que se constatou a reeleição.

Tabela 11 - Desempenho do Executivo Municipal referente ao IFDM e resultado eleitoral em municípios com 20.001 a 50.000 habitantes

Município	IFDM (Média)*	Situação	População
Bananeiras	0,6277	Reeleito	21.851
Pedras de Fogo	0,6770	Reeleito	27.032
Catolé do Rocha	0,6251	Reeleito	28.759

Fonte: Índice Firjan, 2019.

*Nota: A média foi calculada a partir do índice Firjan dos anos 2013-2016.

Dos três municípios apresentados, visualiza-se uma permanência das médias superiores a 0,6, ou seja, todos os municípios nessa faixa populacional se enquadram na classificação de desenvolvimento moderado.

Em contrapartida, na Tabela 12 onde não houve a reeleição, os municípios possuem uma breve variação que vale ser notada.

Tabela 12 - Desempenho do Executivo Municipal referente ao IFDM e resultado eleitoral em municípios com 20.001 a 50.000 habitantes

Município	IFDM (Média)*	Situação	População
Mari	0,5690	Não reeleito	21.176
Areia	0,5478	Não reeleito	23.829
Itabaiana	0,6168	Não reeleito	24.481
Alagoa Grande	0,6035	Não reeleito	28.479
São Bento	0,6064	Não reeleito	30.879
Queimadas	0,6383	Não reeleito	41.049

Fonte: Índice Firjan, 2019.

*Nota: A média foi calculada a partir do índice Firjan dos anos 2013-2016.

Um aspecto que chama a atenção na Tabela 12, é que os municípios maiores apresentaram médias superiores aos municípios menores, divergindo do que vinha sendo constatado nas tabelas anteriores. Outro fator que pode ser apresentado, é que dentre as faixas populacionais determinadas, esta foi a única que apresentou maior punição do que recompensa por parte dos eleitores, uma vez que, foram 6 municípios que não obtiveram candidatos reeleitos contra apenas 3 municípios que obtiveram candidatos reeleitos (ver Tabela 11).

Na sequência, a supracitada Tabela 13 e a Tabela 14 expõem dados dos maiores municípios paraibanos (em que houve a disputa a eleitoral da reeleição), além da expressa configuração de desenvolvimento municipal trazida pelo IFDM.

Tabela 13 - Desempenho do Executivo Municipal referente ao IFDM e resultado eleitoral em municípios com 50.001 habitantes ou mais

Município	IFDM (Média)*	Situação	População
Sapé	0,5808	Reeleito	50.143
Guarabira	0,7348	Reeleito	55.326
Campina Grande	0,7366	Reeleito	385.213
João Pessoa	0,7677	Reeleito	723.515

Fonte: Índice Firjan, 2019.

*Nota: A média foi calculada a partir do índice Firjan dos anos 2013-2016

É possível observar que os maiores municípios atendados por esse estudo possuem os maiores índices dentre aqueles aqui analisados. Ressalta-se que o município de João Pessoa com maior porte populacional do estado da Paraíba, também é o detentor do maior índice (em termos numéricos), entre todos os municípios estudados. Os municípios de Guarabira e Campina Grande também apresentam índices classificados como desenvolvimento moderado. O município de Sapé é o único dos grandes municípios analisados onde o Chefe do Executivo Municipal foi premiado com a reeleição, e que o índice ficou entre 0,4 e 0,6, considerado como desenvolvimento regular.

Desse modo, a Tabela 14 apresentará grandes municípios, nos quais, não houve o êxito na reeleição.

Tabela 14 - Desempenho do Executivo Municipal referente ao IFDM e resultado eleitoral em municípios com 50.001 habitantes ou mais

Município	IFDM (Média)*	Situação	População
Cajazeiras	0,6237	Não reeleito	58.446
Sousa	0,6884	Não reeleito	65.803
Bayeux	0,6449	Não reeleito	99.716

Fonte: Índice Firjan, 2019.

*Nota: A média foi calculada a partir do índice Firjan dos anos 2013-2016.

Observa-se que os municípios de Cajazeiras, Sousa e Bayers seguem a lógica dos grandes municípios onde o índice de Desenvolvimento se mantém entre 0,6 e 0,8, sendo considerados desenvolvimentos moderados. Todavia, esses municípios não reelegeram seus representantes, apesar dos números serem semelhantes aos municípios dessa faixa populacional que os representantes do Executivo alcançaram êxito na reeleição.

Dentro das tabelas analisadas que contém o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), é possível detectar um fator importante dentre todos os municípios analisados, nenhum deles, atingiu números que os caracterizassem como municípios de baixo desenvolvimento. Por outro lado, nenhum dos municípios analisados, possuiu condições suficientemente boas para que pudessem obter um desenvolvimento considerado alto pelo Índice Firjan.

Como pode ser constatado nas tabelas apresentadas, todos os municípios da Paraíba onde o processo da reeleição foi buscado pelos governantes obtiveram as classificações tidas como desenvolvimento regular (0,4 a 0,6) e moderado (0,6 a 0,8), determinado pelo IFDM.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho buscou discutir fatores que podem contribuir para avaliação das gestões municipais e que modo pode influenciar os resultados eleitorais em contextos de busca de reeleição dos prefeitos nos municípios paraibanos. Para tanto, realizou-se a caracterização dos chefes do poder executivo municipal no que concerne a escolaridade, profissão e capacidade de organização administrativa. Nota-se que a escolaridade é um fator importante para a reeleição uma vez que, os candidatos que apresentaram escolaridade de nível médio e superior obtiveram êxito na disputa eleitoral. Pode-se notar também que grande parte dos candidatos que foram reeleitos, tem a política como profissão exclusiva.

Destaca-se a importante influência do partido do governador entre aqueles que pleitearam um segundo mandato consecutivo, pois o maior número de candidatos que concorreu à reeleição estava alinhado ao governador do estado da Paraíba. Não obstante, é importante apontar que, a análise sobre o fato de fazer parte do partido do governador, não assegurou resultados satisfatórios na corrida pela reeleição. Isto é, pertencer ao partido do governador, assume resultados positivos e negativos. O PSB, partido do governador, assume a condição de ser o ator central que mais apresentou prefeitos na busca pela reeleição no processo eleitoral de 2016, por essa razão foi o partido que mais obteve candidatos recompensados e punidos.

Nos municípios com maiores proporções populacionais os prefeitos que apresentaram uma melhor gestão fiscal foram premiados com a reeleição. Entretanto, vale ressaltar que as classificações dos municípios obtiveram resultados semelhantes, não sendo tão desproporcional entre os Municípios que puniram e recompensaram seus representantes reeleitos e os não reeleitos. Pode-se dizer que a gestão fiscal assume papel importante para avaliação das ações dos agentes públicos e de certa forma pode influenciar a decisão do eleitor quando se coloca em evidência o processo de reeleição.

Da mesma forma que a gestão fiscal, o desenvolvimento municipal possui na sua análise, que os municípios onde houve reeleição apresentam números um pouco superiores aos que não reelegeram seus governantes. Sendo assim, pode-se concluir que o desenvolvimento municipal é importante, mas não se condiciona a fator determinante para o sucesso eleitoral da reeleição dos Chefes do Executivo Municipal na Paraíba. Salienta-se assim que o presente estudo assume o desafio de instigar nova agenda de pesquisa acerca dos fatores que contribuem à reeleição do Poder Executivo Municipal.

REFERÊNCIAS

ALMAO, Valia Pereira. **A consistência democrática na Venezuela em tempos de mudança política**. Opinião Pública, v. 11, n. 1, p. 128-146, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v11n1/23697.pdf>>. Acesso em: 14 de junho de 2019.

ANDRADE, Reginaldo Soares de. **Corrupção municipal e Efeitos do Alinhamento Político com o Governo Federal nas Eleições e nas Condenações**. Revista Brasileira de Economia, v. 72, n. 1, p. 1-25, 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbe/v72n1/0034-7140-rbe-72-01-0001.pdf>>. Acesso em: 10 de junho de 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federal do Brasil**, 1988.

CAMOZZATO, Mauro Marafiga et al. **Poder constituinte, contrademocracia e novas tecnologias: limites e possibilidades do processo democrático na sociedade em rede**. Dissertação. Santa Maria, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/6387/CAMOZZATO%2C%20MAURO%20MARAFIGA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 14 de junho de 2019.

CARDARELLO, Antonio. **La reelección inmediata del ejecutivo a nivel subnacional. Um estudio de tres casos**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/17146/000711132.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 17 de junho de 2019.

CAVALCANTE, Pedro. **Vale a pena ser um bom prefeito? Comportamento eleitoral e reeleição no Brasil**. Opinião Pública, Campinas, Vol. 21, nº 1, abril 2015, pp 87-104. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762015000100087&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 16 de junho de 2019.

DAHL, Robert. **Poliarquia**. São Paulo: Edusp, 1997.

DE ALMEIDA PUJOL, Julio Cezar. **CAPACITA POA Relato de uma experiência de capacitação comunitária para a democracia participativa de Porto Alegre**. In: Congresso Internacional Responsabilidade e Reciprocidade. 2012. p. 312-320. Disponível em: <<https://reciprocidade.emnuvens.com.br/rr/article/view/34>>. Acesso em: 11 de junho de 2019.

DOMBO, Grimaneza D. Q. **Democracia e liberdade de expressão em angola: um estudo das medidas governamentais de angola que implicaram em avanços para a consolidação da democracia e da liberdade de expressão, desde o fim da guerra civil até 2013**. Trabalho de Conclusão de Curso. Criciúma, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/3349/1/GRIMANEZA%20D%C3%9ACIA%20QUILUANJE%20DOMBO.pdf>>. Acesso em: 11 de junho de 2019.

ELSTER, J. **Peças e Engrenagens das Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FERRAZ, C.; FINAN, F. **Exposing corrupt politicians: The effects of Brazil's publicly released audits on electoral outcomes.** Institute for the Study of Labor Discussion Paper N^o. 2836, 2007b. Disponível em: <https://eml.berkeley.edu/~ffinan/Finan_Audit.pdf>. Acesso em: 16 de junho de 2019.

LANDEMORRE, Helène. **A democracia representativa é realmente democrática? - Entrevista com Bernard Manin e Nadia Urbinati.** DoisPontos, v. 13, n. 2, 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/doispontos/article/view/43063>>. Acesso em: 12 de junho de 2019.

LIMA, Marie M. H. de P. **A sugestão legislativa perante a comissão de legislação participativa da câmara federal: nova forma de Iniciativa Popular.** Dissertação. São Paulo, 2005. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/6362/1/A%20sugestao%20legislativa%20perante%20a%20Comissao%20de%20Legislacao%20Participativa%20da%20Camara%20Federal.pdf>>. Acesso em: 15 de junho de 2019.

MAINWARING, S. e SHUGART, M. Juan Linz, **Presidencialismo e Democracia: uma avaliação crítica.** Novos Estudos CEBRAP, n.37, novembro, 1993 pp 191-213.

MAINWARING, S. e SHUGART, M. **Presidencialismo y Democracia en América Latina.** Buenos Aires: Paidós, 2002.

MENDES, Marcos; ROCHA, C. Alexandre A. **O que reelege um prefeito?** Consultoria Legislativa do Senado Federal, Coordenação de estudos. Brasília, 2004. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-7-o-que-reelege-um-prefeito>>. Acesso em: 17 de junho de 2019.

MOISÉS, José Álvaro; CARNEIRO, Gabriela Piquet. **Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime: o caso do Brasil.** Opinião Pública, v. 14, n. 1, p. 1-42, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762008000100001>. Acesso em: 09 de junho de 2019.

NICOLAU, Jairo. **Sistemas Eleitorais.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, 111p.

PEREIRA, Antonio Kevan Brandão. **Teoria democrática contemporânea: as contribuições de Robert Dahl.** Sociologias Plurais, v. 2, n. 2, 2019. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/sciplr/article/view/64792>>. Acesso em: 09 de junho de 2019.

SARTORI, Giovanni. **Engenharia Constitucional: como mudam as constituições.** Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

SARTORI, Giovanni. **Engenharia Constitucional: como mudam as constituições.** 1997.

SCHUMPETER, J. **Capitalism, socialism and democracy.** New York: Harper and Row, 1942.

SOARES, K. C. C. **Por que os atores mudaram as regras do jogo? A emenda da reeleição e os efeitos na condução do poder presidencial na arena legislativa.** Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPE, 2010. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPE_6b913962486f479267d2a9c9a7991562>.

Acesso em: 08 de junho de 2019.

SUNG, Chen Lin et al. **Participação da comunidade na escola pública: os modelos colegiados e voluntariado e seus campos de significação.** 2003. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/252885/1/Sung_ChenLin_M.pdf>.

Acesso em: 08 de junho de 2019.

TOCQUEVILLE, Aléxis de. **A democracia na América.** Tradução, prefácio e notas: Neil Ribeiro da Silva. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1998.

TOCQUEVILLE, Alexis. **A Democracia na América.** São Paulo: Edusp, 1988.

URBINATI, Nadia. **O que torna a representação democrática.** Lua Nova, v. 67, n. 7, p. 191-228, 2006. Disponível em: <http://desafios2.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/outras_pesquisas/urbinati.pdf>. Acesso em: 10 de junho de 2019.